

PROPOSTAS DE REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PAULISTA
Análise do Inquérito publicado no Jornal *O Estado de São Paulo* em 1914

Aluna: Bruna Machado Martins

Programa: Institucional FEUSP (sem concessão de bolsa)

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bontempi Jr.

RESUMO

O presente relatório apresenta o levantamento, a organização em categorias e as análises a respeito das principais propostas de reforma para a instrução pública paulista, sugeridas e defendidas pelos quatorze entrevistados que responderam ao *Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades*, promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo* entre fevereiro e abril de 1914. O objetivo da pesquisa foi compreender quais eram os principais problemas da instrução pública no estado, na concepção dos educadores paulistas, assim como as propostas de mudança que apresentam em suas respostas à enquete. A fonte documental foi a série de respostas que compõe o Inquérito. Com base nela, foram elaborados quadros e gráficos, organizando as respostas em categorias temáticas. Em seguida, foram feitas análises, que levaram às seguintes conclusões: o tema mais frequente foi “ordenados e recompensas”, presente na categoria do magistério e as opiniões dos entrevistados eram mais convergentes do que divergentes em relação às propostas de reformas sugeridas.

Palavras Chave: instrução pública, Inquérito de 1914, *O Estado de S. Paulo* (jornal), reformas educacionais.

I - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa aborda um período da história da educação no Brasil, particularmente no estado de São Paulo, no qual o país passou por um processo de transformações em diversas esferas da sociedade, decorrentes da passagem do regime monárquico para o regime republicano, as quais podemos citar a separação da Igreja e do Estado, a instituição do federalismo como sistema político, o desenvolvimento da cafeicultura, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre dos imigrantes, as quais implicaram diretamente no campo educacional.

Logo após a proclamação da República, a instrução pública ganhou grande importância, uma vez que, de acordo com Reis Filho (1995), ela passou a reproduzir os valores republicanos (cívicos e morais). Com o advento da República, a instrução pública paulista foi inteiramente reconstituída por meio de amplas reformas que tiveram início na década de 1890. As reformas de 1892 a 1896 reestruturaram a Secretaria Geral da Instrução Pública, dividiram o ensino em primário, secundário e superior, instituíram os grupos escolares e repararam a Escola Normal, destinada à formação dos professores das escolas primárias. Segundo Catani (2003), para os normalistas desta época, este foi o período “áureo” e “luminoso” da instrução pública paulista, tendo em vista as suas boas condições de funcionamento, a valorização da docência e a boa remuneração dos professores.

Entretanto, no período posterior às reformas da década de 1890, sobretudo no início do século XX, a educação pública entrou num período de crise. Conforme Monarcha (1999) o professor público foi abandonado pelo Estado, submetido a baixos salários e a jornadas de trabalho abusivas, além de ter que pagar o aluguel da escola com o seu próprio salário. Em decorrência disto, a instrução pública passou a ser objeto de novas discussões e propostas de reformas, sobretudo por parte dos egressos da Escola Normal, que passaram a reivindicar melhores condições de trabalho e salário e que usaram os veículos de comunicação disponíveis, especializados ou não, para divulgá-los ao público. A decadência do sistema de instrução paulista foi apresentado pelos contemporâneos como o apagamento das “luzes” do período áureo (CATANI, 2003).

A intenção desta pesquisa é analisar as propostas de reforma contidas no jornal diário, um dos veículos em que esses sujeitos se manifestaram, em meados da década de 1910, portanto, em um momento de crise e críticas ao sistema. Mais

especificamente, este plano de trabalho orienta-se para o “Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades”, publicado em *O Estado de S. Paulo* (OESP) entre fevereiro e abril de 1914, que teve como respondentes vários educadores da época, ligados à Escola Normal da Praça e à Diretoria de Instrução Pública de São Paulo, com a finalidade expressa de diagnosticar a situação existente e sugerir mudanças em prol da melhoria do serviço. Esta pesquisa tem como objetivo inventariar e classificar as mudanças propostas pelos respondentes a fim de compreender a sua natureza, as razões e as intenções de cada uma delas.

O Inquérito de 1914 tem sido estudado pelo orientador deste trabalho, o prof Dr. Bruno Bontempi Junior, e faz parte do projeto Análise histórica do “Inquérito sobre a situação do ensino primário e suas necessidades”, em *O Estado de S. Paulo* (1914), ao qual me vinculo. Em seu artigo “Modelos de instrução e cultura política: os países estrangeiros no “Inquérito sobre a instrução pública no estado de São Paulo e suas necessidades”, o autor chama a atenção para a importância do inquérito na formação da opinião pública e para as reformas posteriores, deixando aberta a possibilidade de pesquisa sobre as propostas de reforma, que é o que se pretendeu abordar neste trabalho, desenvolvido sob sua orientação.

II – PROBLEMA

Esta pesquisa tem como questão central: quais eram as propostas de reforma da instrução pública paulista formuladas pelos respondentes do inquérito, e quais problemas elas pretendiam resolver?

III - OBJETIVOS

O principal objetivo deste trabalho é, ao responder à questão central, contribuir para a compreensão do pensamento dos educadores da época, identificando os problemas que consideravam e estabelecendo relações entre estes e as reformas educacionais propostas.

IV - METODOLOGIA

A principal fonte para a realização desta pesquisa é o “Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades”, promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, e publicado entre fevereiro e abril de 1914, os quais contaram com a participação de quatorze profissionais da área da educação, como professores e dirigentes, além de um jornalista.

Para a análise deste material, estabeleceram-se os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1 – Leituras e fichamentos para a fundamentação teórica e histórica sobre o tema;
- 2 - Encontros semanais com o orientador;
- 3 – Identificação, arrolamento, e categorização das modalidades de propostas de reformas defendidas por cada um dos respondentes;
 - 3.1– Elaboração de fichas para cada resposta com as propostas de cada entrevista;
 - 3.2- Organização das propostas segundo a frequência e a familiaridade temática;
 - 3.3- Analisar o conteúdo selecionado, com base nas leituras e reflexões relativos ao item 1;
- 4 – Elaborar o relatório final.

V - CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

MESES PROCEDIMENTOS	Mai/ Jun	Jul/ Ago	Set/ Out	Nov/ Dez	Jan/ Fev	Mar/ Abr
Leituras	X	X	X	X		
Encontros com o Orientador	X	X	X	X	X	X
Seleção das entrevistas	X	X				
Identificação das propostas			X	X	X	
Redação do Relatório						X

VI – DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Apresento, neste item, a descrição detalhada das atividades do plano de trabalho e da pesquisa a que se refere este relatório:

28/05 – Encontro com o orientador. Confirmação da aprovação do projeto e estabelecimento do cronograma a ser seguido. Orientação sobre os primeiros procedimentos para a realização da pesquisa: anotações de todas as atividades realizadas, com data; realização dos fichamentos e separação dos mesmos por um critério a ser escolhido e justificado e o estabelecimento de uma data para apresentá-los ao orientador, no próximo encontro.

5/6 – Realização dos fichamentos das respostas publicadas em fevereiro.

6/6 – Fichamentos das respostas publicadas em março.

19/6 – Continuação dos fichamentos das respostas publicadas em março .

26/6 – Fichamentos das respostas publicadas em abril.

27/6 - Fichamentos das respostas publicadas em julho.

3/7 – Levantamento dos principais temas das propostas de reforma dos entrevistados e sua frequência

24/7 – Elaboração de uma tabela relacionando os temas e sua frequência.

25/7 – Organização dos temas mais frequentes em três categorias: magistério, pedagógico e administrativo em uma tabela.

31/7 – Junção dos fichamentos do Inquérito com mesmo tema, de acordo com as categorias estabelecidas.

20/8 – Reunião com o orientador para apresentação do trabalho até então realizado. Sugestão de elaboração de gráficos com os dados levantados. Orientação sobre como proceder para a inscrição, realização do resumo e apresentação do trabalho no SIICUSP 2010. Indicação de bibliografia.

26/8 – Elaboração de um gráfico com a porcentagem dos temas por categoria e de outro contendo a porcentagem da frequência dos temas por categoria.

9/9 – Leitura da bibliografia.

7/10 – Encontro com o orientador. Orientação sobre organização dos dados e resultados obtidos para a redação deste relatório. Indicação de leitura.

16/10 – Leitura e organização dos dados e resultados.

18/11 – Apresentação dos resultados parciais deste trabalho, no 18º Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP (SIICUSP).

19/02 – Início da redação deste relatório.

VII- RESULTADOS

Após a leitura do inquérito levantamos as principais propostas de reforma presentes nas respostas dos quatorze entrevistados. Em sua maior parte, aparecem de forma bastante clara e explícita, tendo seus temas como subtítulos na publicação. Entretanto, algumas propostas só são perceptíveis de forma implícita.

A tabela 1 apresenta os temas levantados, organizados em ordem decrescente de acordo com a quantidade de vezes em que são citados no inquérito. Desse modo, a frequência máxima de um tema é igual ao número de entrevistados .

Tabela 1 – Frequência dos temas no inquérito

TEMA	FREQUENCIA
Ordenados e recompensas	11
Adequação dos programas, métodos e horários	9
Provimento de cadeiras	8
Preparação do professorado	7
Ensino moral e cívico	7
Escolha dos livros didáticos	7
Ampliação do ensino (duração)	6
Escolas isoladas/ construção de prédios	5
Seleção do professorado	4
Imposto escolar	4
Escolas rurais	4
Direção do ensino (atribuições)	4
Criação do Curso Normal Superior (formação)	3
Inspeção Escolar	3
Higiene escolar	3
Conselho Superior de Ensino	3
Criação de escolas para crianças anormais	2
Criação de bibliotecas públicas	2
Outros	1

Fonte: Inquérito de 1914.

Por meio da organização dos dados na Tabela I, percebemos que o tema mais frequente, "ordenados e recompensas", aparece como preocupação de onze,

dos quatorze entrevistados, seguido por "adequação dos programas", "métodos e horários" e "provimento das cadeiras", correspondentes a nove e oito citações, respectivamente. Como temas menos citados temos a "criação de escolas para crianças anormais" e a "criação de bibliotecas públicas", perceptíveis em apenas duas, das quatorze respostas dos entrevistados.

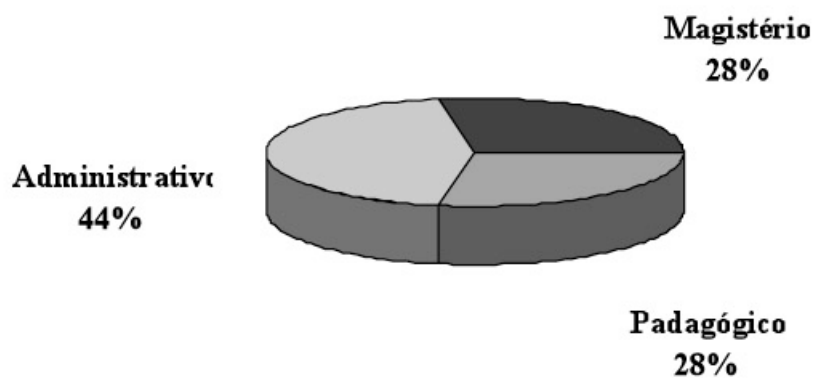
A partir do levantamento das propostas, percebemos uma familiaridade temática, que permitiu agrupá-las em três categorias: magistério, pedagógico e administrativo. A primeira abrange propostas relativas ao professorado, a segunda se refere às questões do ensino e aprendizagem e a última abrange as propostas concernentes à gestão escolar.

Tabela 2 – Divisão dos temas por categoria e frequência

CATEGORIA	TEMA	FREQUENCIA
Magistério	Ordenados e recompensas	11
	Provimento de cadeiras	8
	Preparação do professorado	7
	Seleção do professorado	4
	Criação do Curso Normal Superior	3
Pedagógico	Adequação dos programas, métodos e horários	9
	Ensino moral e cívico	7
	Escolha dos livros didáticos	7
	Ampliação do ensino (duração)	6
	Higiene escolar	3
Administrativo	Escolas isoladas/ construção de prédios	5
	Imposto Escolar	4
	Escolas rurais	4
	Direção do ensino/ atribuições	4
	Conselho superior de ensino	3
	Inspeção escolar	3
	Criação de escolas para crianças anormais	2
	Criação de bibliotecas públicas	2

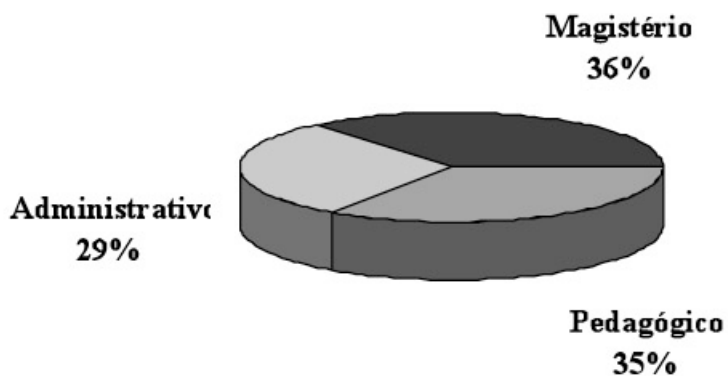
A Tabela 2 expõe os temas das propostas de reforma divididos nas três categorias encontradas. As categorias “magistério” e “pedagógico” possuem o mesmo número de temas, enquanto que a categoria "administrativo" é a que concentra a maior parte dos temas. Os temas mais frequentes, contudo, são os concernentes a categoria do magistério. Os gráficos 1 e 2 ilustram essa diferença.

Gráfico 1 – Quantidade de temas por categoria (%).



Fonte: Inquérito de 1914

Gráfico 2 – Frequência dos temas por categoria (%).



Fonte: Inquérito de 1914

Os gráficos demonstram que a maior parte dos temas, 44%, pertencem a categoria “administrativo”. No entanto, seus temas são citados em menor quantidade pelos entrevistados do inquérito, tendo em vista que a soma da frequência dos seus oito temas não supera a frequência dos cinco temas da categoria “magistério”.

As categorias “magistério” e “pedagógico” apresentam o mesmo número de temas, todavia, a primeira supera a segunda em termos de frequência, correspondendo a 36% dos temas mais citados pelos entrevistados.

VIII – ANÁLISE DOS RESULTADOS

No que tange à análise das propostas de reforma da categoria do magistério, podemos constatar que o tema mais freqüente, "ordenados e recompensas", é apontado por onze dos quatorze entrevistados como passível de reforma, o que demonstra que a questão do salário e das gratificações preocupava grande parte dos educadores da época, que reivindicavam aumento salarial.

Isto pode ser explicado, em parte, pelo processo de decadência pelo qual passou a profissão do professor. Se, de acordo com Catani (2003) as reformas da década de 1890 representaram o período áureo da instrução pública paulista para os educadores da época, em termos de valorização da docência e da boa remuneração dos professores, o mesmo não ocorreu no início do século XX, período em que o professor público foi submetido a baixos salários, além de ter de pagar o aluguel da escola com o seu próprio salário, conforme Monarcha (1999). De acordo com o autor, o magistério primário estagnou em termos salariais, tendo em vista que os professores recebiam os mesmos vencimentos desde 1890.

Outro fator que pode explicar a grande frequência do tema "ordenados e recompensas" e da própria categoria do magistério como centro das preocupações destes educadores, é que parte deles pertencia a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, responsável pela edição da Revista de Ensino, centralizada na defesa de melhores condições de trabalho e salário dos professores, conforme identificou Catani (2003). Com o desconto no salário dos professores, em 1903, o papel defensor da categoria foi impulsionado de modo mais intenso e estritamente vinculado às reivindicações salariais, melhores condições de trabalho, organização da carreira e qualidade de ensino (CATANI, 2003).

Os demais temas dessa categoria, "provimentos das cadeiras", "seleção do professorado", "preparação do professorado" e "criação do Curso Normal Superior" também são frequentes no inquérito. Os dois últimos são semelhantes na medida em que se referem à exigência de uma melhor qualidade na formação dos professores do estado. Segundo Reis Filho (1995), para Caetano de Campos,

organizador e primeiro diretor da Escola Normal, o ponto fundamental da reforma escolar era a formação do professor, sobretudo, a formação técnica e científica. E nisso continuavam acreditando os normalistas que lá se formaram, aqui representados pelos respondentes ao inquérito.

A preocupação dos educadores se explica, em parte, pelo fato de, conforme Antunha (1976), as escolas complementares terem, a partir da Lei 374, de 1895, adquirido caráter profissionalizante, de modo que os alunos que concluíssem o curso complementar e tivessem um ano de prática de ensino nas escolas modelo pudessem ser nomeados professores em escolas preliminares, em formação rápida e muitas vezes considerada insuficiente. De acordo com Catani (2003), a *Revista de Ensino*, órgão da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, mostra o posicionamento dos educadores ao caráter profissionalizante dado as escolas complementares. Para eles, estas sobrecarregavam os professores com trabalhos árduos e barateavam seu salário por excesso de produção, fazendo concorrência com a Escola Normal. Se a Escola Normal representava excelência em formação de professores e a possibilidade de ascensão social, é notável a sua qualidade e a preocupação dos educadores ao ver a maior parte dos docentes sendo formados pelas escolas complementares.

Entretanto, precisamos considerar a necessidade de expansão da rede escolar que se anunciava, para acompanhamento do crescimento populacional, tendo em vista que, de acordo com Monarcha (1999), em 1904 o ensino primário é reduzido de cinco para quatro anos, aumentando a capacidade de matrícula. Em 1908, as escolas passam a funcionar em dois ou três períodos e a matrícula geral duplica entre 1890 e 1914. Isso explica a tendência massificadora de formação de professores, pois não há como aumentar o número de matrículas sem professores suficientes para atender à demanda.

A expansão da rede escolar, embora fosse necessária diante do crescimento populacional, explica, mas não justifica, a deterioração da formação dos professores, que acarretou a desvalorização do magistério. Entre os educadores, é evidente que se pretende que toda a população deva ter acesso à escola, mas, da mesma forma que cresce a demanda por matrícula, pensa-se que o ideal seria a ampliação dos estabelecimentos de formação dos professores, de boa qualidade, como a Escola Normal da Praça. Como solução para este problema, a maior parte dos

entrevistados sugerem a criação da Escola Normal Superior, para a eficiente formação do professorado.

Os demais temas da categoria, "provimento das cadeiras" e "seleção do professorado", também demonstram preocupação significativa dos entrevistados. Para o provimento das cadeiras, defendem o estabelecimento do concurso anual, solução mais justa com os candidatos aos cargos, uma vez que estes eram ocupados por indicação. Souza (1998) reitera que o ingresso de professores nos grupos escolares era comumente feito mediante indicação e privilégios políticos e pessoais. Apenas dois dos entrevistados apresentam sugestões diversas. Antonio Rodrigues Alves Pereira sugere a modificação do sistema de provimento das escolas, fazendo os professores iniciarem seu exercício nos grupos escolares e nas escolas de fácil inspeção e fiscalização, enquanto que Arnaldo Barreto defende que os candidatos sejam classificados por merecimento, devendo, por lei, ser nomeado o classificado em primeiro lugar.

Sobre a seleção do professorado, também há quase uma unanimidade nas propostas de reforma. Em geral, eles defendem que a seleção comece desde a admissão de qualquer candidato a um exame de suficiência rigoroso, associado a um exame de seleção intelectual, que aprovaria apenas os candidatos com as melhores notas, num concurso anual. O entrevistado Pedro Voss sugere a criação do Conselho Superior de Educação, o que de acordo em ele, facilitaria a seleção do professorado.

As propostas de reformas sugeridas para o provimento das cadeiras e para a seleção do professorado demonstram o posicionamento contrário dos participantes do inquérito ao sistema de provimento de cargos por indicação, ao mesmo tempo em que a sugestão do concurso anual e do concurso intelectual para seleção do professorado evidencia a busca dos educadores por um processo seletivo mais justo, que defenda o monopólio da função por especialistas.

No que concerne a categoria do pedagógico, temos como tema mais citado pelos entrevistados a adequação dos programas, métodos e horários. Todos convergem quanto à necessidade de se modificar esses três itens. A maior parte deles sugere a alteração dos horários das aulas, visando adequá-los ao tipo de escola, classe, clima e necessidades do aluno e do professor. Quanto aos horários, também é perceptível uma preocupação dos entrevistados em se destinar uma hora

de intervalo para o almoço dos alunos, visando extinguir o inconveniente da falta de refeição, conforme relatou o entrevistado Pedro Voss.

Consideram indispensável, também, a modificação dos programas, já inadequados. Souza (1998) alude à introdução de um novo método de ensino, denominado método intuitivo, que, para os educadores da época, simbolizava a renovação e modernização do ensino. Por isso, os entrevistados sugerem que a alteração dos programas e métodos considerem o progresso pedagógico, além da localização das escolas. João Pinto e Silva reivindica um programa mais detalhado das disciplinas que devem ser ensinadas.

A necessidade de reforma dos programas, métodos e horários, apontada pelos entrevistados, advém, igualmente, da diversidade de instituições dentro do mesmo sistema. De acordo com Antunha (1976), as escolas reunidas (junção de escolas isoladas em um mesmo prédio escolar) são exemplos de escolas que possuem classes heterogêneas, métodos de ensino diferentes e disciplinas deficientes. Segundo alguns educadores, os programas escolares constituíam um amontoado de noções com finalidade quase nula (CATANI, 2003).

É interessante observar que, apesar de fazer parte dos programas, o ensino moral e cívico é tratado no inquérito como um tema à parte. Isto demonstra que o caráter patriótico republicano era refletido nas escolas públicas por meio da formação moral e cívica associada, sobretudo, à disciplina de História. Os educadores defendem que a preparação moral e cívica tenha suas bases na escola, desde a infância, e que com ela sejam desenvolvidas as qualidades morais necessárias para a formação adequada do cidadão. Desse modo, sugerem a sua presença da disciplina nos programas com máximo desenvolvimento.

Sobre os livros didáticos, apontam a necessidade de modificar o modo de seleção dos mesmos. Em geral, indicam o concurso e a concorrência pública. O entrevistado João Crysostomo dos Reis Jr., por exemplo, defende a seleção dos livros por meio de concurso, tanto dos autores, como dos editores. Arnaldo Barreto sugere a concorrência pública, por meio da publicação de editais que estabeleçam prêmios em dinheiro e a adoção das obras classificadas em primeiro lugar.

É importante destacar que os educadores defendem apenas a modificação da forma de seleção dos livros didáticos, não havendo uma crítica negativa ou uma proposta de reforma no que concerne ao seu conteúdo. Nenhum deles se posiciona contra a adoção do livro didático como material de ensino.

Em relação à duração do ensino, os entrevistados convergem quanto à insuficiência dos anos de estudos destinados ao ensino primário e sugerem a sua ampliação. Criticam o caráter descontínuo dos níveis de ensino. João Lourenço Rodrigues, assim como outros entrevistados, sugere que o curso dos grupos tenha duração de seis anos com a finalidade de extinguir esta interrupção prejudicial aos alunos, tendo em vista que, após sair do grupo, muitos não continuavam os estudos por não terem idade suficiente para se matricular nos ginásios, nas escolas secundárias ou normais primárias.

Paulo Pestana, apesar de não divergir quanto a ampliação do ensino, tem posicionamento diferente com relação à duração do curso nos grupos escolares. De acordo com ele, o ideal seria reduzir o programa dos grupos para três anos, de modo a equipará-lo ao programa das escolas isoladas. Reconhece, no entanto, que este seria um período insuficiente para formação dos alunos e propõe a criação de um segundo grau ou ciclo complementar nos grupos escolares para suprir as necessidades dos alunos. Considerando que as escolas isoladas eram inferiores aos grupos escolares em decorrência, sobretudo, das suas condições materiais insatisfatórias, é possível entender a tentativa de Paulo Pestana em equiparar, ao menos em termos de duração, o ensino das escolas isoladas ao ensino dos grupos escolares, visando diminuir a inferioridade das primeiras em relação aos segundos.

O último tema da categoria, higiene escolar, é lembrado por poucos educadores, contudo, tem espaço relevante no inquérito com o relatório do médico alemão Martin Ficker, convidado para responder sobre o tema no encerramento do inquérito. O entrevistado José Escobar critica a precariedade e insuficiência do ensino de higiene nas escolas primárias e normais. De acordo com ele, a matéria deveria ser ampliada nas escolas normais, podendo substituir outras como o latim. O médico convidado, Martin Ficker, defende a importância de uma colaboração mútua entre a pedagogia e a higiene. Este tema, embora pouco explorado pelos entrevistados, ganha espaço na medida em que a questão da higiene escolar passa a ser motivo de preocupação. Conforme Monarcha (1999), com sua ampliação os grupos escolares passaram a ser marcados por amontoaões de alunos, desordem, abandono de professores e falta de higiene.

Como citado anteriormente, as escolas isoladas eram inferiores aos grupos escolares, em decorrência das suas condições precárias de funcionamento. De acordo com Souza (1998), elas eram abandonadas pelo governo numa época em

que 70% da população vivia no campo e não tinha acesso aos grupos já que estes priorizavam a população urbana. No inquérito, essas escolas aparecem como o tema mais abordado da categoria do administrativo, não obstante seja uma questão de preocupação pedagógica, tendo em vista a sua qualidade de ensino inferior. Aqui, entretanto, consideramos como questão de cunho administrativo, uma vez que as propostas de reforma para estas escolas estão estritamente vinculadas à construção de prédios ou casas.

As opiniões dos entrevistados são unânimes em relação à solução para os inconvenientes apresentados pelas escolas isoladas. Eles consideram que o único meio de mantê-las em funcionamento é a construção de casas, pavilhões, salas ou prédios, com o intuito de possibilitar a estabilidade dos professores nestas escolas, que, em muitos casos, eram os responsáveis pelo pagamento do aluguel dos locais destinados às aulas. Oscar Thompson sugere, como outra opção, um auxílio pecuniário aos professores das escolas isoladas para que pudessem pagar o aluguel das casas, tendo em vista a insuficiência dos seus vencimentos para tal finalidade. Francisco Azzi defende a extinção dessas escolas nas cidades, sugerindo que elas continuem existindo apenas nos centros rurais e nas pequenas povoações, e que sejam dotadas de material escolar completo.

Para abarcar tais despesas com construções de casas, abastecimentos de materiais, dentre outras, os entrevistados convergem quanto à necessidade da criação de um imposto, que é um dos temas mais lembrados por eles na categoria do administrativo. De acordo com Oscar Thompson, a verba que o governo destinava à educação era insuficiente. Em geral, acreditam que, para adquirir novos recursos destinados à instrução pública é necessária a criação de um imposto escolar.

Quanto às escolas rurais, preocupação de parte dos entrevistados, é importante ressaltar que se trata de um tema pertinente também à categoria do pedagógico, tendo em vista que quase todos em entrevistados que o citaram, abordaram seus aspectos pedagógicos como passíveis de reforma. Entretanto, optamos por versá-lo como tema da categoria do administrativo, considerando o seu problema central e não apenas alguns de seus aspectos.

Entendemos, portanto, que, embora as escolas isoladas e as escolas rurais apresentassem problemas de cunho pedagógico, a reforma central de ambas teria

origem administrativa, com a construção de prédios adequados para a prática escolar.

Os entrevistados convergem quanto à necessidade de reformar essas escolas construindo prédios adequados, mas divergem quanto às propostas para a parte pedagógica. Paulo Pestana defende que os programas do ensino primário das escolas isoladas sejam igualados aos das escolas urbanas, em contraposição à Azevedo Antunes, que sugere a inserção de noções de agricultura nos programas destas escolas. Neste caso é interessante observar que as propostas de dois dos entrevistados não foram apenas diferentes, mas opostas. Enquanto Paulo Pestana sugere a unificação dos programas das escolas primárias, Azevedo Antunes considera as particularidades da região rural, defendendo a adoção de uma disciplina de caráter utilitarista nas escolas primárias rurais, que é a aprendizagem de noções de agricultura.

Os entrevistados também se mostram descontentes quanto às atribuições referentes à direção do ensino e apontam como sugestão de reforma a criação de um Conselho de Educação ou Conselho Superior de Ensino, que correspondem, respectivamente, ao quarto e quinto tema mais citado da categoria do administrativo.

Reis Filho (1995) aborda alguns dos principais problemas concernentes a direção do ensino na época. De acordo com o autor, a direção da Escola Normal era feita por indicação e na Diretoria Geral da Instrução Pública havia uma sobreposição de funções, centralização e excesso de poder, porém sem autonomia nas decisões, uma vez que estas dependiam de autoridades superiores.

Sobre os temas, os entrevistados apresentam sugestões diversas. Oscar Thompson sugere a extinção da Diretoria Geral e a criação de um Secretariado da Instrução, que se destinasse exclusivamente ao ensino em todos os graus. Ruy de Paula Souza e Mariano de Oliveira defendem a ampliação das atribuições dos diretores gerais. O primeiro sugere que estes se tornem os responsáveis pela nomeação dos professores e o segundo acredita que a autoridade deles deveria se estender também as escolas secundárias, cabendo-lhe a orientação técnica geral. Mariano de Oliveira sugere ainda que seja criado um Conselho de Educação, assim como o faz João Crysostomo.

Outros que convergem quanto a criação de um Conselho Superior de Ensino são Paulo Pestana, José Escobar e Pedro Voss. O primeiro atribui a este órgão o estudo das reformas, a elaboração de programas e regulamentos, a formulação de

pareceres, a escolha de livros didáticos, dentre outras. Para o último, o Conselho seria o responsável por tudo que se refere ao ensino público e particular, a exemplo da Argentina. Neste caso percebemos a preocupação dos entrevistados em centralizar a direção do ensino, assim como a forte influência dos modelos educacionais de outros países que se propagava na época.

Quanto à inspeção escolar, os três entrevistados que a citaram convergem para a necessidade de se modificar a fiscalização e a inspeção do ensino. Conforme Reis Filho (1995), a inspeção era considerada indispensável e foi elemento fundamental da reforma da instrução pública. No entanto, a predominância de atribuições burocráticas sobre as técnico-pedagógicas não era vista como algo positivo. Francisco Azzi faz uma crítica ao trabalho dos inspetores, dizendo que estes se ocupavam em pouca coisa mais que colher dados estatísticos.

Azevedo Antunes afirma que é uma necessidade urgente a modificação do sistema de inspeção escolar, tendo em vista que os inspetores conseguiam visitar as escolas pouquíssimas vezes, deixando estas abandonadas por um longo período. Mariano de Oliveira acredita que eles deveriam trabalhar mais em sua região, evitando assim exaustivas e longas viagens. No entanto, é possível entender os motivos pelos quais os inspetores não conseguiam realizar visitas periódicas as escolas, se considerarmos o excesso de funções destinadas a estes profissionais. Conforme destacam Paulo, Warde, e Panizzolo (2009) aos inspetores distritais eram destinadas 29 atribuições, dentre as quais, visitar as escolas do distrito com frequência.

Como temas seguintes e menos frequentes no inquérito temos a criação de escolas para crianças anormais e a criação de bibliotecas providas de livros e de revistas pedagógicas. Quanto a estes temas, podemos verificar que a preocupação dos entrevistados é ínfima. Apenas dois deles sugerem que sejam criadas escolas para crianças classificadas como anormais, e outros dois que consideram importante a criação de bibliotecas.

É interessante verificar, primeiramente, que tipo de criança, na época, era considerado anormal. Por meio das palavras de Antonio Rodrigues Alves Pereira, percebemos que o termo se refere tanto às crianças desprovidas de inteligência como aquelas que apresentam distúrbios de personalidade, ou, como nas palavras do próprio entrevistado, “manifestam más tendências no desenvolvimento dos seus sentimentos morais”. De acordo com ele, seria necessária a criação de uma escola

para cada um desses tipos de anomalia. Oscar Thompson também considera importante a criação de escolas para menores anormais, mas não explicita se haveria ou não diferenciação de acordo com a anomalia do aluno. A exploração quase nula do tema pelos entrevistados permite pensar que essas crianças representavam parte insignificante do quadro escolar, ou que este era um assunto de pouco conhecimento, na época, pelos profissionais da educação, ficando a cargo, sobretudo, da psicologia.

No que concerne à criação das bibliotecas públicas, percebemos, mais uma vez, a influência estrangeira sobre os educadores brasileiros, bem como a importância da psicologia associada à educação. Mariano de Oliveira propõe a criação de bibliotecas circulantes, a exemplo do Uruguai, para melhorar as condições de trabalho do professor, e sugere a adoção das melhores revistas estrangeiras de pedagogia e de psicologia. O mesmo sugere José Escobar.

Sobre este tema, não há surpresa quanto a sua posição na ordem das preocupações dos entrevistados. Tendo em vista os diversos problemas apresentados por eles durante todo o inquérito como passíveis de reformas urgentes, é evidente que a criação de bibliotecas públicas ocuparia lugar menos importante no âmbito de suas preocupações, uma vez que elas já existiam e precisariam apenas ser ampliadas e dotadas de novos materiais.

IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* revela-se como um importante documento de análise para a história da educação, acerca da situação da educação primária no país no período que corresponde à passagem do século XIX para o século XX. Sua relevância está, sobretudo, na contribuição para o pensamento dos educadores e gestores entrevistados, a respeito da situação em que a instrução pública paulista se encontrava, em um momento de crise, pós reformas de 1890 e no próprio espaço atribuído a estes profissionais para exporem suas idéias de reformas a partir de suas vivências e experiências no campo educacional.

É preciso considerar, entretanto, que o fato de ocuparem cargos importantes na instrução pública, faz com que suas experiências e até mesmo seus interesses

sejam determinantes na indicação do que consideram como os principais problemas educacionais. Se defendiam melhores condições de trabalho e de salário por meio da *Revista de Ensino*, certamente o fariam em outros meios de comunicação de grande divulgação, como o jornal *O Estado de S. Paulo*. Não por acaso, o tema mais abordado por eles é "ordenados e recompensas".

Cabe ressaltar algumas características perceptíveis nas entrevistas, que fazem alusão as tendências pedagógicas da época, como a introdução do método intuitivo de Pestalozzi, a influência dos modelos educacionais de outros países como Argentina e Uruguai, fortemente presente no discurso de grande parte dos entrevistados, bem como a tendência à psicologização da educação, que se anunciava na época.

Em linhas gerais, concluímos, analisando as propostas de reforma dos entrevistados, que as opiniões são muito mais convergentes do que divergentes e que há quase uma unanimidade nas propostas em relação a "o que se deve fazer" para melhorar a situação problemática apontada por eles, havendo uma pequena variação a respeito de "como se deve fazer".

X - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **A instrução pública no estado de São Paulo. A Reforma de 1920.** São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1976.

BONTEMPI JR., Bruno. **Modelos de instrução e cultura política: os países estrangeiros no Inquérito sobre a instrução pública no estado de São Paulo e suas necessidades.** *History of Education & Children's Litterature*, v. 3, p. 265-284, 2008.

BONTEMPI JR., Bruno. **O inquérito sobre a instrução pública no jornal *O Estado de S. Paulo* (1914).** 2006. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/246BrunoBomtempi.pdf>

CATANI, Denice Bárbara. **Educadores a meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918).** Bragança Paulista/ SP: EDUSF, 2003.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça. O lado noturno das luzes.** Campinas/ SP: editora da Unicamp, 1999.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal. Origens do ensino público paulista.** Campinas/ SP: Autores Associados, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

PAULO, Marco Antonio Rodrigues; WARDE, Mirian Jorge e PANIZZOLO, Claudia. **O serviço de inspeção estabelecido no Estado de São Paulo pela reforma da instrução pública**. Cadernos de História da Educação, v. 8, n.2, p. 381- 407. Julho a dezembro de 2009.